

Comunidades quilombolas de Restinga Sêca no território da Quarta Colônia Geoparque da UNESCO e a Educação Patrimonial

Juliana Machado Ribeiro Bianquin

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar os processos de formação histórico social das comunidades quilombolas do município de Restinga Sêca, membro integrante da Quarta Colônia Geoparque da Unesco. O estudo estrutura-se na organização histórica das comunidades e na entrevista dos representantes comunitários dos quilombos a partir da afirmação dessas comunidades. Ancorado numa metodologia de natureza qualitativa, etnográfica sobre a temática tendo por objetivo conhecer, valorizar e criar um instrumento educativo sobre as comunidades quilombolas no município de Restinga Sêca/RS-território que integra a Quarta Colônia Geoparque da UNESCO. Os dados obtidos foram analisados tendo como foco observar os êxitos e as necessidades locais, a importância da preservação ambiental e patrimonial e a educação escolar no município. As relações do território e das territorialidades são produzidas na resignificação do que é ser/estar quilombola, para os sujeitos dessas comunidades. Com isso, compreender aspectos simbólicos que constituem a identidade e a cultura quilombola tanto para a comunidade em geral, como instrumentalizar os professores do território em seu fazer/ser pedagógico. O material pedagógico construído será suporte didático para as ações do componente curricular de Educação Patrimonial na perspectiva da educação das relações étnico-raciais, e como subsídio de divulgação na área de Turismo.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Comunidades Quilombolas. Quarta Colônia Geoparque da Unesco.

INTRODUÇÃO

Este estudo traz como escopo discussões e reflexões acerca da formação e do processo político de lutas das comunidades de quilombos demonstrados pelo estado da arte num movimento de revisitação de suas trajetórias na região. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de abordagem etnográfica e cunho bibliográfico, que apresenta o processo histórico e a certificação das comunidades para a consolidação e a afirmação étnico-racial e sua busca de visibilidade como parte integrante da ampla paisagem do Geoparque Quarta Colônia.

O estudo demonstra que todo processo de lutas pela certificação e visibilidade pelas comunidades quilombolas que se desdobra no percurso de construção da Educação Patrimonial no território da Quarta Colônia Geoparque UNESCO.

O Brasil possui uma rica diversidade étnico-cultural, resultante da presença de povos indígenas, afrodescendentes e imigrantes europeus. Entre esses grupos, destacam-se as comunidades quilombolas, descendentes de africanos escravizados, que mantêm sua identidade cultural, memória histórica e modos de vida tradicionais. Segundo o Censo de 2022, existem 1.327.802 quilombolas distribuídos em 1.696 municípios do país, totalizando aproximadamente 500 mil domicílios. No Rio Grande do Sul, eles representam 0,16% da população estadual, estando concentrados principalmente na região da Quarta Colônia, com destaque para o município de Restinga Sêca.

Este artigo tem como objetivo descrever a história, cultura e organização das comunidades quilombolas de Restinga Sêca, destacando sua relação com a Educação

Patrimonial, a preservação de saberes tradicionais e a visibilidade proporcionada pelo Geoparque Quarta Colônia. Busca-se compreender como essas comunidades resistem à invisibilidade social, consolidam sua identidade e fortalecem sua presença territorial e cultural.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM RESTINGA SÊCA

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, permitiu conquistas importantes para essas comunidades. De acordo com Rocha (2005), essa inovação legal efetivamente, reconheceu o comando constituinte originário à diversidade sociocultural e antropológica em seus princípios e normas, pretendendo avançar nas soluções de problemas históricos propositalmente postergados. O Decreto emite, como critério de definição de remanescentes de quilombo, a autodeterminação, trazendo novamente os debates sobre identidade e conformação territorial.

A extinta Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003 e extinta em 2015, acompanhava e rastreava as comunidades quilombolas. Atualmente, as funções da SEPPIR foram transformadas ao Ministério da Igualdade Racial (MIR) tendo Anielle Franco como atual Ministra.

O Ministério é o órgão do governo brasileiro responsável por planejar, coordenar e executar políticas públicas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo em nível nacional. Ele visa garantir a igualdade de oportunidades e direitos, combatendo a discriminação e a intolerância, especialmente em relação à população negra.

O INCRA é uma autarquia federal pública brasileira. Foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária nacional, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Já pelo Decreto nº 4.887 de 2003, ficou responsável pela demarcação e titulação das terras quilombolas no país. Atualmente, o Incra está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) - estabelecido pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, tendo Luiz Paulo Teixeira Ferreira como ministro.

Além dessas entidades, a Fundação Cultural Palmares, um órgão público vinculado ao Ministério da Cultura, é responsável pela manutenção e preservação do patrimônio cultural quilombola. Instituída pela Lei nº 7.668, em 22 de agosto de 1988, que, no seu artigo, refere: “[...] promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”.

Em Restinga Sêca, estão constituídas as comunidades quilombolas de São Miguel dos Carvalhos, Rincão dos Martimianos e Vó Fermina e Vó Maria Eulina. Essas comunidades representam, além de um símbolo histórico de resistência, as lutas e trajetórias de uma parcela significativa da população que permanecem vivas e atuais nesses espaços. Esse grupo étnico em seu cotidiano mantém ativa as suas tradições, memórias e identidades herdadas de seus antepassados.

Essas comunidades ganham ainda mais relevância por integrarem a Quarta Colônia Geoparque, que, por ser reconhecido pela UNESCO, fortalece a visibilidade das comunidades quilombolas e reforça a sua luta pela garantia de seus direitos e espaços, que são legalmente assegurados, mas ainda distantes de serem plenamente efetivados.

A seguir, registramos as entrevistas realizadas com os representantes das comunidades quilombolas de Restinga Sêca, com a finalidade de conhecer a realidade, os desafios e as perspectivas dessas comunidades, além de fortalecer as suas vozes e garantir os seus direitos.

COMUNIDADE DE SÃO MIGUEL DOS CARVALHOS

Existente desde o final do século XIX, a Comunidade de São Miguel dos Carvalhos está localizada no acesso de entrada à cidade de Restinga Sêca, na ERS 149, distante 10 km da sede. Atualmente, a comunidade local possui residentes 153 famílias em uma área de 90 hectares, consideradas um geossítio ligado ao patrimônio ecológico, arqueológico e histórico-cultural.

Geossítios são locais onde os minerais, as rochas, os fósseis ou as geoformas possuem características próprias que nos permitem conhecer a história geológica do nosso planeta. Os geossítios, para além de possuírem valor científico, podem igualmente ter valor educativo e turístico, devendo ser conservados para usufruto das gerações futuras (Brilha, 2005).

São Miguel dos Carvalhos foi constituído por ex-escravizados entre duas sesmarias que pertenciam a duas famílias de grande prestígio, os “Martins Pinto” e os “Carvalho Bernardes”. Segundo Anjos (2004), primeiramente o local foi conhecido como Picada do Canto dos Paus, São Miguel dos Pretos (também chamada São Miguel dos Carvalhos) se constituiu, na fronteira dessas duas antigas sesmarias em fins do século XIX, na esteira do lento processo de desagregação do sistema escravista, para o qual, na localidade, esses escravos contribuíram decisivamente.

Nessas terras, havia negros libertos, pois mesmo com a abolição formal da escravatura, muitos negros na região foram mantidos escravizados e submetidos à condição de miséria,

como agregados. É fundamental ressaltar que há evidências na história oral e arqueológicas, de que essa região só foi ocupada anteriormente, por indígenas. (Anjos; Silva, 2004).

A comunidade está intrinsecamente ligada à memória de Geraldo Martins Carvalho, também conhecido como Vovô Geraldo, um antigo escravizado que, após a abolição, estabeleceu-se na região. Geraldo de Carvalho, filho de Rita, que era escrava na mesma sesmaria, nasceu e viveu nessa sesmaria criada na confluência do Vacacaí-Mirim com o rio Jacuí desde a primeira metade do século XIX (Anjos; Silva, 2004).

Relacionando à memória coletiva, a história de Geraldo encontra-se na mais antiga referência encontrada no inventário de Santos Martins Pinto datada de 1843:

[...] hum crioulo de idade de cinco anos de nome Geraldo [...]. Três décadas depois, Geraldo encontra-se relacionado como escravo de José Carvalho Bernardes. O nome dele e o de sua família são os primeiros na lista de escravos encontrada no inventário de José Carvalho Bernardes, datado de 1876: Geraldo de idade trinta e oito anos, pardo, casado. Doente; Maria de idade trinta e sete anos, parda. Mulher de Geraldo; Castorina de idade onze anos, parda. Filha do casal acima; Carolina de idade oito anos, parda. Filha do mesmo casal; Albino de idade seis anos, pardo. Filho do mesmo casal; Constança de idade cinco anos, parda. Filha do mesmo casal (Anjos; Silva, 2004, p. 58).

Ao se rebelar contra os maus tratos de seus patrões, foi procurar abrigo entre a família dos Carvalhos, que o comprou da família Martins, por 32 onças, onde viveu por mais trinta anos. Dessa forma, a venda de Geraldo mudou sua condição de cativo negro, submisso às maldades dos donos e, como ainda cativo, mas numa relação que permitiu sua autonomia no processo de emancipação e na aquisição de suas próprias terras. Junto de Ismael Cavalheiro, escravo da família Carvalho Bernardes. Geraldo e Ismael estabeleceram ali suas famílias e chamaram outros escravos libertos para lá viverem. (Anjos; Silva, 2004).

A respeito das terras ocupadas, Sônego (2009, p. 2) explica que “Por ser uma área composta por matos. não tinha grande valorização em relação à ocupação, pois como a atividade criatória era predominante, as pastagens de campo aberto eram as mais visadas”. Além disso, a autora ainda esclarece que, no inventário de José Carvalho Bernardes, Geraldo é descrito como um homem pardo, 38 anos, doente, que teria recebido terneiros guachos, aqueles criados sem vaca, que teriam sido vendidos para a compra das terras em que a comunidade de São Miguel dos Carvalhos reside atualmente.

Conforme Anjos e Silva (2004), desde então, a comunidade é formada basicamente por parentes, que permanecem no local e que são, de algum modo, ligados consanguineamente ao cerne familiar dos Carvalhos, porque Geraldo revoltou-se contra “seu proprietário”, integrante da família Martins, e buscou refúgio entre a família dos Carvalhos. Dessa forma, herdando o

nome que fundou a comunidade. O Quilombo São Miguel teve sua trajetória constituída como território negro a partir de vários fatores, como refúgio, território escravocrata, doação e outros termos de posse (Anjos; Silva, 2004).

Como pode-se constatar no fragmento do inventário, Geraldo é um “pai de família”. Na relação de cinquenta escravos, este é o único conjunto que figura como uma unidade familiar – marido, mulher e filhos. A família descrita no inventário é composta pelo casal e por quatro filhos. Entretanto, ao relacionar os registros escritos com a memória oral, emergem as imprecisões do documento oficial, que só se elucidam graças à complementação dos dados pela memória oral. Os filhos do casal apontados em entrevistas são os seguintes, em ordem crescente de idade: Belmiro, Rufina, Manoel Albino, Constância, Cassiana, Persília, Maria Cândida, Nércio e Alzira. Assim, os filhos mais velhos não figuram como “filhos do casal”. Entretanto, dentre os escravos filhos de Maria, encontram-se Belmiro e Rufina (Anjos; Silva, 2004, p. 59).

Nessa conjuntura, em 1892, Geraldo oficializou a posse de quarenta e oito hectares de terra na localidade de São Miguel, terras de mata e que não interessavam aos sesmeiros que se dedicavam à pecuária. Estudos recentes constataram que, ao final do século XIX e nas primeiras décadas de XX, Ismael, Geraldo e filhos oficializaram a compra de trezentos hectares de terras. Mas com a dimensão da expropriação, a comunidade foi submetida ao controle de aproximadamente quarenta e cinco hectares (Anjos; Silva, 2004).

Em 1892, após a morte de Geraldo, seus descendentes conseguiram legitimar as suas terras, mas parte da propriedade foi vendida e os lindeiros, imigrantes alemães, começaram a avançar com as suas cercas, gerando mudança nos marcos de limites e das terras. No ano de 1999, foi criada a Associação Comunitária Vovô Geraldo, pelos descendentes de Geraldo Carvalho, que teve como um dos seus propósitos prioritários o reconhecimento das terras de São Miguel como remanescentes de quilombo (Anjos; Silva, 2004).

Lideranças significativas que atuaram e ainda atuam na Comunidade evocam a contribuição de personalidades importantes, referência desses troncos étnicos como: Idelmiro Carvalho (Tio Panda), neto de Geraldo e filho de Manuel Albino Carvalho, Adélio Carvalho, Zilá Carvalho e Leonir Rosa (Vó Tóti).

Manuel Albino Carvalho era agricultor, nasceu em 01 de outubro de 1864 e faleceu em 02 de junho de 1950. É Patrono da Escola situada na comunidade, que leva seu nome, pois fez a doação da área onde foi fundada a Escola em março de 1960. A antiga escola, próxima dali, tinha o nome de Escola Municipal Edmundo Bischoff, inicialmente, uma pequena escola de madeira. Com o aumento de estudantes, foi construído um novo prédio, na área doada por Manuel Albino Carvalho. Seu intuito na doação era oportunizar aos seus dez filhos a frequência à escola, que era distante de sua residência.

Ao longo dos anos, a comunidade travou lutas e reivindicações que hoje se traduzem em melhorias adquiridas para sua população, como escola com Educação Infantil - etapa creche e anos iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano, ginásio de esportes, posto de saúde, centro comunitário, grupo de dança, capoeira, centro de umbanda. A predominância é a religião católica, mas há grande presença da religião de matriz africana e evangélica. O artesanato e a gastronomia típica são fortes na comunidade. Para contextualizar a história e os aspectos culturais foram elaboradas entrevistas com os líderes comunitários de cada uma das três localidades quilombolas de Restinga Sêca.

São Miguel dos Carvalhos tem, como atual representante, o líder comunitário, Roberto Potácio da Rosa, que também é membro fundador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) do Rio Grande do Sul. Esse líder tem atuado em defesa dos direitos territoriais e pela regularização das terras quilombolas no estado. A CONAQ foi fundada em maio de 1996 e representa um movimento de comunidades negras rurais que buscam visibilidade e reconhecimento de seus direitos e a titulação das terras, conforme prevê o art. 68 da Constituição Federal. A CONAQ também defende a importância da natureza e do legado cultural dos povos quilombolas (Agência Senado, 2022).

Ao ser entrevistado, o Senhor Roberto Potácio Rosa, 69 anos, representante Comunitário da Associação Vovô Geraldo, relata que foi eleito representante comunitário por diversas vezes e que sempre foi atuante também no cenário estadual e federal nas causas quilombolas. Aponta a organização comunitária como instrumento fundamental de organização coletiva para legitimar os direitos e as políticas públicas para as comunidades rurais quilombolas.

Ele descreve que os elementos como religiosidade africana, cultura alimentar e atividades físicas corporais como capoeira e dança são aspectos em destaque na comunidade. Destaca ainda, como ponto positivo, o ingresso na faculdade de membros da comunidade, como importante espaço de posicionamento e representatividade a partir da compreensão acadêmica. Menciona, como aspectos negativos, a dificuldade de aprendizagem dos estudantes na escola, principalmente quando ingressam em outras instituições de ensino.

Além disso, refere à invisibilidade perante a gestão pública na falta de apoio nas demandas da comunidade. Ao ser perguntado sobre como gostaria que a comunidade fosse retratada perante o município e a região da Quarta Colônia, responde destacando que almeja a igualdade de tratamento e valorização dada aos demais grupos étnicos, como forma de respeito e reconhecimento a essa importante parcela da população na região e no estado do Rio Grande do Sul.

Roberto Potácio Rosa afirma que os ensinamentos identitários e dos troncos quilombolas devem ser transmitidos nas escolas, como a ancestralidade africana, dando a visibilidade e a correta conotação da importância do povo negro como os legítimos desbravadores da produção de grãos, com atividades agrícolas familiares ainda praticadas nas comunidades. As benzeduras e o tratamento no manejo das ervas e plantas medicinais, a contação de histórias e memórias orais e os encontros de família são aspectos salientados como patrimônios culturais, por Roberto Potácio Rosa.

COMUNIDADE DE RINCÃO DOS MARTIMINIANOS

Próximo ao monumento da Cruz Luminosa, na ERS 149 está localizada a comunidade quilombola de Rincão dos Martimianos. Atualmente, com 58 famílias, em uma área de aproximadamente 46 hectares, o local foi assentado por meio da Portaria nº 17, de 29 de abril de 2004. O Presidente da FCP registrou, no Livro de Cadastro Geral nº 001, a Certidão de autorreconhecimento de uma série de comunidades quilombolas, dentre elas, Rincão dos Martimianos (registro n. 004, f.05), de acordo com publicação no Diário Oficial da União, em 4 de maio de 2004.

De acordo com o CPISP (2024), em 2005, Rincão dos Martimianos conquistou um grande passo para sua delimitação, pois o INCRA deu início ao processo de titulação dos 98,6341 hectares totais pertencentes à comunidade. No mesmo laudo antropológico, Borba (2006a) relata que, nesses territórios, constituíram-se como refúgio para viver livremente, pois, mesmo após a abolição formal da escravatura, os negros eram mantidos em condições de miserabilidade e rearranjavam contratos para manter aprisionada a força de trabalho. Borba (2006b, p. 91) cita relatos orais da comunidade que confirmam essa situação:

O vovô Martimiano era filho do fazendeiro Delfino, mas mesmo sendo filho era tratado pior de que escravo. Por ser filho da escrava Maria Joaquina, nunca foi reconhecido pelo pai. Um dia ele ficou farto de ser maltratado na fazenda e foi ganhar a vida. Aí ele arrendou uma terra de mato. Ele gostava muito do mato porque podia vender lenhas para a estação férrea. Então ele conseguiu comprar uma terra. Deu entrada de 1 onça e trabalhou muito para terminar de pagar. Aí ele voltou na fazenda para buscar os irmãos para achá- se submetido à invisibilidade oficial e a inúmeros filtros sociais que lhe impedem aperfeiçoar suas condições de existência.

A concentração de terras nas mãos dos que já as possuíam tornou-se meio para manter os privilégios de parte da população elitizada como forma de afirmação das oligarquias regionais. De outra forma, os imigrantes europeus, que colonizaram o Rio Grande do Sul ao

longo do século XIX, obtiveram inúmeras benesses do Estado para a sua consolidação, fator que favoreceu a expulsão de inúmeras populações tradicionais, como indígenas e negros de seus territórios.

Dessa forma, a consolidação de afirmação da identidade quilombola vem impregnada pelo estigma da dominação e da resistência. Fanon (2022) pontua que a colonização é sempre um processo violento e que desumaniza o colonizado, negando-lhe seu passado, sua essência e seus valores. Portanto, resgatar as histórias de vidas e as memórias dessas comunidades remanescentes de quilombo, por meio da narrativa de seus descendentes, significa elevar essa forma única de expressão. Conforme Anjos, Lopes e Silva (2002, p. 110):

Não se trata apenas do *slogan* de que a justiça não se realiza sem que essas territorialidades sejam protegidas, mas de tomar conceitos nativos como conformadores de virtuais cidades de justiça tão pertinentes quanto aqueles que se impõem pela conformação dos campos especializados de bens simbólicos.

A comunidade do Rincão dos Martimianos tem como fundador ancestral, Martimiano Rezende de Souza, filho de Delfino Souza e de sua escrava Maria Joaquina Rezende. Delfino possuía uma estância em Caçapava do Sul, onde Martimiano vivia. Apesar de terem sido reconhecidos pelo pai, Martimiano e seus irmãos, Ernesto e Anja, sofreram diversas formas de discriminação diante de uma sociedade local de mentalidade escravocrata, carregada de preconceitos e que não aceitava o fato de serem filhos de uma escrava com um senhor (Anjos; Silva, 2004).

Esse fato pressionou-os a sair dali, fazendo com que abandonassem a cidade de Caçapava do Sul, em busca de outro lugar para morar. No fim do século XIX, os três irmãos partiram para Restinga Seca, onde conheceram a comunidade de São Miguel, formada pela família de Geraldo de Carvalho. Tempos depois, foi a vez da mãe deles ser trazida para a comunidade (Anjos; Silva, 2004).

Martimiano casou-se pela primeira vez com uma moça da região, com quem teve duas filhas, Matilde e Palmira. Do seu segundo casamento, dessa vez com Alzira, filha de Geraldo, nasceram 11 filhos: Izidoro, Delfino, Geraldo, Maria Joaquina, João, Pedro, Atanázio, Abelino, Maria Florisbela, Martimiano Filho e Manoel. O casal, juntamente com seus 13 filhos, deu origem à comunidade de Rincão dos Martimianos (Anjos; Silva, 2004).

De acordo com Anjos, Lopes e Silva (2002), os territórios quilombolas de Martimianos e de São Miguel - comunidades vizinhas que mantêm relações estreitas de parentescos, surgiram em zona marginal, nos “fundões” das duas maiores áreas de terra do período escravocrata.

Ainda conforme Anjos, Lopes e Silva (2002), a região do Planalto Central também foi abrigo de outras comunidades negras como a dos Cavalheiros, a de Varginha e a de Campestre.

Conforme Barth (1998), os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social, sendo, portanto, uma de suas características a autoatribuição e/ou a atribuição por parte de outros a uma determinada categoria, uma definição em termos de identidade (determinada por sua origem e seu ambiente), o que se caracteriza por uma atribuição étnica.

Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional (Barth, 1998, p. 193-194).

Para Barth (1998), desde que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica, isso determina igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade. Dessa forma, na medida em que os grupos utilizam a identidade para definir a si próprios e aos outros, “demarcam-se”, por assim dizer, as fronteiras étnicas a partir de categorias organizacionais.

Na comunidade, em 1888, com o advento da abolição da escravatura, os antigos escravizados das comunidades da região, entre eles, os moradores do Rincão dos Martimianos, passaram a ter como principal fonte de renda o trabalho com o corte de lenha, que servia para abastecer a Viação Férrea de Restinga Sêca, um dos principais meios de locomoção da época na região. Além disso, também havia transporte de lenha, alimentos e tijolos para cidades distantes, como Cachoeira do Sul e Porto Alegre, conforme já se referiu em passagem anterior. Já nas primeiras décadas do século XX, a maioria dos homens residente na comunidade de Rincão dos Martimiano passou a trabalhar nas fazendas vizinhas no plantio de arroz, fumo e soja além de construírem açudes. Por meio desses serviços, conseguiram consolidar-se no local e construíram um engenho de farinha, elemento que contribuiu ainda mais para a união das comunidades de São Miguel e Rincão dos Martimianos, já que seus membros passaram a trabalhar juntos na produção da farinha de mandioca na atafona e essa produção marcou uma época pujante nas comunidades (Anjos; Silva, 2004).

O território de Rincão dos Martimianos pode ser dividido em duas áreas geograficamente distintas: as coxilhas e a várzea. A várzea do Rio Vacacaí-Mirim, que corre a oeste da comunidade, era utilizada para a caça, a pesca e a coleta. Já na área de coxilhas era os espaços de moradia, horticultura e criação de animais. A várzea, território fértil, propício à

plantação de arroz, foi o principal alvo de expropriação de terras, devido ao avanço das fazendas vizinhas, nas propriedades (Mapa de Conflitos, 2014).

Sobre a redução do território, Anjos e Silva (2004) afirmam que praticamente metade das terras de Rincão dos Martimianos foi ocupada por fazendeiros e pessoas estranhas ao grupo, ocupações que foram feitas com pressões a membros da comunidade, mediante arrendamentos verbais e trocas injustas. Os ocupantes aproveitaram-se, conforme o autor, do fato de os quilombolas não usarem cercas para delimitar a comunidade e de não terem preocupação com papéis de registro dessas terras, usurpando aos poucos o território que lhes pertencia.

Com o advento do trator e de outros maquinários agrícolas na década de 1950, a absorção de mão-de-obra nas lavouras foi reduzida substancialmente, segundo apontam Anjos e Silva (2004), citados pela Comissão Pró Índio de São Paulo (CPISP). Também com o aumento populacional local, as famílias foram forçadas a procurarem empregos em outras localidades, abandonando aquela área. No entanto, mesmo os descendentes de Martimiano que deixam a região têm autorização para fazer uso do território quando precisarem, já que a comunidade assegura que os laços de pertencimento não se desfazem (Mapa de Conflitos, 2014).

A entrevista realizada com a Senhora Clédis Rezende de Souza, com 56 anos, representante da Associação Vovô Geraldo - Rincão dos Martimianos indica que a associação existe desde 2003 e que é um importante instrumento de luta e representatividade local. Ela destaca a sua descendência, sendo tataraneta de Geraldo Martins Carvalho e bisneta de Martimiano Rezende de Souza.

Atuante desde muito jovem, é militante e atuante nas pastorais, foi indicada pelos mais velhos para representar a comunidade nas reuniões desde o processo de reconhecimento. Trabalhou nas organizações das esferas públicas: na política, na religiosidade, na cultura e na defesa dos direitos sociais. Salienta, como aspecto positivo, a solidariedade e a receptividade da comunidade de Rincão dos Martimianos e, como ponto negativo, o medo e o receio do novo e de algumas autoridades.

Deseja que a comunidade seja retratada como uma comunidade de etnia forte, dedicada e que contribui para o crescimento da região. Espera que as escolas relatem sobre as Comunidades Quilombolas e que destaquem o papel do negro não somente como escravo alforriado pela abolição. Os negros quilombolas são descendentes de escravizados e não de escravos, que ser remanescente quer dizer que os seus antepassados são um povo de luta e de trabalho, costumes e tradições. Aponta que, no que diz respeito à religiosidade, existem crenças variadas, católicos, matriz africana, evangélicos.

Indica a existência do grupo de convivência melhor idade: “Melanina” (composto por várias faixas etárias); na culinária, registra a existência de uma culinária simples proveniente de cultivo local, da produção coletiva e de confraternização entre as famílias; tendo como principais produtos: mandioca, batata- doce, feijão.

COMUNIDADE VÓ FERMINA E VÓ MARIA EULINA

Essa comunidade está situada na localidade de Barro Vermelho, distante em torno de 17km da sede da cidade de Restinga Sêca. A localidade também era chamada Faxinalzinho e “Beco dos Negros”, expressão pejorativa usada por não negros para distinguirem-se da comunidade afrodescendente. As doze famílias, com cerca de cinquenta integrantes que residem na no quilombo, dividem uma área de terras de aproximadamente 6,5 hectares (Restinga Sêca, 2019).

A área é considerada relativamente pequena, o que dificulta a agricultura comercial, os integrantes possuem apenas hortas domésticas e alguns animais. Há pouco mais de trinta anos, a comunidade conquistou o abastecimento de água, mas ainda com redes descontinuadas e energia elétrica.

As duas benzedadeiras, parteiras que nomeiam o quilombo são mãe e filha, Fermina Carvalho e Maria Eulina Carvalho. De acordo com relatos orais, a Senhora Fermina veio de Minas Gerais para a região, com outros escravizados. Tratava-se de uma encomenda para as Fazendas da família dos Martins, da família dos Carvalho e da família da Cunha, à época os maiores escravocratas da região. Conforme documento da Diocese de Cachoeira do Sul (Emater/RS, 2019) foi encontrado o seguinte registro: “Fermina de (1850) filha de Leonor, preta escrava e de Hilario Pereira Fortes, tem um padrinho Pedro Alves de Carvalho”. Vó Fermina, que era prima de Tio Panda, e filho de Manuel Albino Carvalho, neto de Geraldo Carvalho, viviam o Cerrito próximo ao então quilombo de São Miguel.

Entre tantos labores, Vó Fermina foi ama de leite de filhos da família Carvalho, na mesma época em que sua filha, Maria Antonia, havia nascido, ainda assim teve que priorizar a amamentação do filho de seu Senhor. A atividade de amamentação dos filhos dos donos de escravizados era prática comum nas relações escravocratas da época. Anos depois, Maria Antonia recebeu por parte de Miguel Carvalho 11,5 hectares no Barro Vermelho, como recompensa pelos serviços prestados por sua mãe, sendo que, por sua vez, repassou para sua irmã Maria Eulina. Maria Antonia, filha de Fermina, foi morar com familiares na comunidade quilombola de São Miguel (Restinga Sêca, 2019).

Daniela Rodrigues Espíndola, ao relatar a experiência com cartas redigidas por mulheres, que atuam como lideranças femininas em comunidades quilombolas, e que é realizada a partir do Quilombo da Mocambo, em Porto Alegre, afirma que:

O QUILOMBO serve como referência a quilombolas oriundos do interior e a militantes do Movimento Negro, assim ainda é possível lembrar de que a MOCAMBO, com seus arredores expandidos, articula-se à representação de Restinga Sêca, em que há ações, referentes a práticas de cidadania, sobretudo para as mulheres do Quilombo Vó Fermina e Vó Maria Eulina (Espíndola, 2024, p. 55).

Considerando esse dado, é possível entender que há uma interlocução entre a comunidade quilombola existente em Barro Vermelho, Restinga Sêca, e lideranças femininas do estado do Rio Grande do Sul, o que permite inferir que não se trata de um território totalmente isolado, como pode parecer à primeira vista. Dessa forma, o núcleo de residência dos descendentes de Vó Fermina e sua filha Maria Eulina, hoje, é um Quilombo reconhecido e assentado pela Certificação junto à Fundação Cultural Palmares. Além da coleta de dados, a narrativa histórica foi baseada no depoimento dos integrantes idosos da comunidade, que realizaram o levantamento da composição genealógica e demais elementos coletados nas entrevistas, com o auxílio dos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (Restinga Sêca, 2019).

Na entrevista realizada com a representante comunitária, a Senhora Ivonete Carvalho, ela destacou que sempre manteve o seu vínculo atuante na comunidade, mesmo morando em Santa Maria e exercendo outras atividades. Ela inclui a sua luta e o engajamento social perante as causas dos Territórios Tradicionais Quilombolas, inclusive como Presidente no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE), onde iniciou a sua militância em defesa dos direitos das comunidades quilombolas. Destaca que, naquele período, auxiliou no projeto de reconhecimento, demarcação e delimitação de cinco áreas de remanescentes de quilombos no estado e hoje são mais de 187 Comunidades certificadas.

A líder comunitária reafirma que a importância da representatividade local é muito relevante para o desenvolvimento étnico-sustentável da comunidade, pois possibilita estabelecer pontes como poder público, as Universidades e as organizações não governamentais. Como aspectos positivos salienta o cultivo de alimentos orgânicos, as hortas sustentáveis, o uso de sementes crioulas e os métodos de plantio sob os saberes tradicionais. Também cita o uso e o manejo das ervas medicinais, métodos de cura através de pomadas,

extratos, banhos - legados herdados das ancestrais e das matriarcas, Vó Fermina, Vó Maria Eulina, Edi Carvalho, Onira Carvalho e Odila Carvalho.

É essencial reconhecer a própria história e de onde viemos, pois, dessa forma, podemos dar sentido ao orgulho de identidade e pertencimento do nosso município, que abarca tantas histórias e comunidades. Neste sentido, o Geoparque é uma iniciativa do presente, em que se valoriza, hoje, o legado advindo e transmitido das gerações passadas para as próximas gerações. Nesse processo de valorização dos saberes e fazeres que cada estudante, cada morador carrega, está à conexão com as comunidades. Neste aspecto, a Educação é a peça fundamental de compartilhar o processo histórico e multiplicar conhecimentos, fortalecer identidade e transformar vidas. Assim sendo, esse poder constrói-se, por meio da Educação, inicia desde o nascimento, no núcleo familiar, com seus conhecimentos empíricos e amplia-se à medida que nos socializamos nos mais diversos ambientes.

PRODUTO FINAL - MATERIAL DIDÁTICO SOBRE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE RESTINGA SÊCA

O material pedagógico, que é produto do Mestrado, foi elaborado com recursos didáticos como: textos, mapas, imagens. Os textos foram elaborados de maneira concisa numa linguagem objetiva, abordando os dados históricos sobre Geoparque Quarta Colônia, a Educação Patrimonial e um resumo de cada comunidade quilombola de Restinga Sêca. Foi elaborado com o intento de auxiliar as atividades de Educação Patrimonial e valorização das Comunidades Quilombolas. Deve servir, portanto, também como referência de material turístico local, com o título “Comunidades Quilombolas de Restinga Sêca no território da Quarta Colônia Geoparque da UNESCO e Educação Patrimonial”.

É importante registrar que a construção do conteúdo teve por base dados bibliográficos e as respostas coletadas no questionário que foram aplicados com os líderes comunitários. A prioridade em organizar e diagramar o material com folhas coloridas, vibrantes tem como objetivo despertar interesse dos estudantes.

O material pedagógico está dividido em 5 partes: Apresentação; Proposta Educativa, O que é Geoparque, Patrimônio cultural, As comunidades quilombolas de Restinga Sêca, Educação patrimonial e a Educação para as relações étnico raciais, foco educacional, ações nas escolas e atividades de caça-palavras, cruzadinha e espaço para registro literário do estudante.

Na apresentação, uma breve descrição para explicar a proposta do material pedagógico, e com isso, pretende-se situar o leitor no espaço, sobre as regiões e localidades descritas no material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos neste estudo, que o Geoparque Quarta Colônia é uma área geográfica com relevância geológica internacional, gerenciada com foco em educação e desenvolvimento sustentável da região central do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a Universidade Federal de Santa Maria em parceria com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus), alavancou ações para a qualificação profissional, fortalecimento de negócios locais e na conservação do patrimônio natural e cultural da região.

Constamos que, ao fazer parte dessa região, Restinga Sêca entra para o cenário nacional e mundial, tornando-se um importante polo de negócios e turismo. E, em razão disso, a educação evidencia-se como um elemento fundamental para proporcionar conhecimento acerca do patrimônio cultural desse território, para fortalecer o pertencimento de seu povo. No caso particular desta pesquisa, a opção recaiu sobre as comunidades quilombolas situadas no município, tendo em vista as legislações vigentes que, cada vez mais, têm procurado dar visibilidade à população afrobrasileira, às suas vivências, às suas experiências, aos seus costumes, às suas crenças etc.

Por conseguinte, é necessário conhecer e reconhecer as três comunidades quilombolas do município, grupos étnicos que têm uma rica história e cultura, e que ainda mantêm tradições e práticas que refletem a sua herança africana, evidenciadas no decorrer deste trabalho pelas referências e pelos depoimentos de seus representantes.

Nesse contexto, estudar comunidades quilombolas na escola por meio da componente de Educação Patrimonial é uma oportunidade valiosa para os estudantes aprenderem sobre a história, cultura e contribuições dessas comunidades para a sociedade local, bem como a configuração e consolidação da sua identidade, como grupo étnico que vive e interage na comunidade formada pelo município.

Assim sendo, a elaboração do material pedagógico como produto final do Mestrado traduz-se em uma ferramenta para que os professores possam ser instrumentalizados para as aulas de Patrimônio Cultural, bem como, para que os estudantes entendam a cultura e as tradições das comunidades quilombolas deste território, incluindo a sua música, arte e religião.

Portanto, ao entenderem sobre a cultura e as tradições das comunidades quilombolas de Restinga Sêca por meio de uma abordagem histórica, respeitosa e crítica, ocorrerão à reflexão e o aprendizado dos estudantes. Assim, o estudo dessas comunidades auxilia no entendimento sobre a luta contra o racismo estrutural e a valorização das identidades afro-brasileiras.

A comunidade afrodescendente sempre viu a educação como um caminho crucial para a construção de sua identidade e superação das desigualdades sociais. No entanto, a política pública enquanto instrução para a prática não é eficiente se não possuir mecanismos técnicos e políticos para que os objetivos sejam alcançados.

Nesse sentido, uma sociedade que não reconhece e prioriza a educação de seus cidadãos acaba ressaltando essas desigualdades. A escola, portanto, é vista como um espaço fundamental para a transformação dessas concepções e a promoção da igualdade social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. 2022. **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas**. Brasília: Senado Federal.

ANJOS, J. C. G. 2004. **Territórios quilombolas: história e identidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

ANJOS, J. C. G.; SILVA, S. B. 2004. **Memórias quilombolas da Quarta Colônia**. Restinga Sêca: Editora Regional.

ANJOS, J. C. G.; LOPES, D. L.; SILVA, P. S. 2002. **Laudo antropológico e etnohistórico sobre a comunidade rural negra remanescente de Quilombo de São Miguel**. Porto Alegre: Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

BARTH, F. 1998. **Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference***. Long Grove: Waveland Press.

BORBA, C. A. 2006a. Território quilombola: identidade e inclusão social - o caso de Rincão dos Martimianos, Restinga Seca/RS. **Em Tese**, v. 3, n. 1, p. 86-99.

BORBA, M. 2006b. **Quilombos e territórios de resistência**. São Paulo: CPISP.

BRASIL. 1970. Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1.

BRASIL. 1988. Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 16002.

BRASIL. 2003. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4.

BRILHA, J. 2005. **Geossítios**: conceitos e métodos. Lisboa: Centro de Geociências.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. 2024. **Rincão dos Martimianos**. São Paulo. Disponível em: <https://cpisp.org.br/rincao-dos-martimianos/>. Acesso em: 10 set. 2024.

EMATER/RS. 2019. **Levantamento das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER.

ESPÍNDOLA, D. R. 2024. **Escritas de mulheres quilombolas**: palavras germinantes em cartas mocambeiras, redigidas por lideranças femininas do Quilombo da Mocambo. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

FANON, F. 2022. **Os condenados da terra**. São Paulo: Zahar.

RESTINGA SÊCA. 2019. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Quilombo Vó Fermina e Vó Maria Eulina**: laudo técnico e histórico. Extencionista Regina Miranda e Presidente Comunitária Ivonete Carvalho. Restinga Sêca: EMATER.

ROCHA, J. 2005. **Direitos quilombolas e legislação brasileira**. Brasília: Ministério da Cultura.

RS – Comunidade Quilombola Rincão dos Martimianos segue lutando contra invasores, água contaminada e para regularizar e finalizar sua situação fundiária. 2014. **Mapa de Conflitos**, [S. l.]. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rs-comunidade-quilombola-rincao-dos-martimianos-segue-lutando-contra-invasores-agua-contaminada-e-para-regularizar-e-finalizar-sua-situacao-fundiaria/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SÔNEGO, A. 2009. Terra pra que te quero? A inserção social campesina da comunidade afrodescendente de São Miguel. **Revista Sociais e Humanas**, v. 21, n. 2, p. 77-84.